

## HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO: ACERCA DAS TEMATIZAÇÕES, NORMATIZAÇÕES E CONCRETIZAÇÕES RELACIONADAS COM O ENSINO DA LEITURA E ESCRITA

Flaviana Demenech<sup>1</sup>

**Resumo:** Este texto traz um estudo científico sobre alfabetização no ensino fundamental de nove anos. Para tal iniciei com a compreensão da história da alfabetização no Brasil. O objetivo deste texto é fazer uma descrição pormenorizada a partir do trabalho da pesquisadora Maria do Rosário Longo Mortatti. Sabendo que os problemas da alfabetização no Brasil são graves, conhecidos por todos e abordado por várias instâncias. No entanto, apesar dos programas de governo que mudam a cada ciclo e das publicidades em torno dele, trata-se de um problema com desafios imensos. Desafios políticos, metodológicos, da formação dos profissionais e também teórico. Por isso meu interesse em resenhar as mesmas marcas propostas pela autora para tematizações, normatizações e concretizações relacionadas com o ensino da leitura e escrita no Brasil do final do século XIX ao final do século XX.

9

**Palavras-Chave:** Alfabetização; Educação; Linguagem

### Abstract

This paper presents a scientific study on literacy in elementary school for nine years. For that began with understanding the history of literacy in Brazil. The aim of this paper is to make a detailed description from the work of the researcher Maria do Rosário Longo Mortatti. Knowing that the problems of literacy in Brazil are severe, known to everyone and discussed on several instances. However, in spite of government programs that change every cycle and the publicity around it, this is a problem with immense challenges. Political, methodological, training of professionals and also theoretical. So my interest in reviewing the same brands proposed by the author to thematizations, norms and achievements related to the teaching of reading and writing in Brazil in the late nineteenth century to the late twentieth century.

**Keywords:** Literacy, Education, Language

---

<sup>1</sup> FLAVIANA DEMENECH: professora alfabetizadora e pesquisadora do grupo MEDIAR  
E-mail: [flavi\\_sti@hotmail.com](mailto:flavi_sti@hotmail.com) Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Foz do Iguaçu

## **Concepção de história da alfabetização na perspectiva da história das disciplinas escolares**

A concepção da alfabetização nesta perspectiva nos mostra uma ação de alfabetizar, propagar o ensino da leitura, ensinar a ler, dar instrução primária a um determinado indivíduo, mas, usando vários métodos e o mesmo alfabeto latino. A alfabetização com o tempo se modificou muito, estando algumas delas nos materiais didáticos, no aprendizado por memorização entre outras sendo estes mudados devido a: fatores econômicos, políticos e sociais.

Historicamente a alfabetização é o processo de ensinar a ler e escrever. Embora nem sempre se use o sistema de notação alfabético-ortográfico, por exemplo, alfabeto fonético, um sistema convencional de caracteres gráficos elaborado pelos linguistas para a transcrição exata dos textos falados ou escritos, assim o alfabeto fonético é uma busca por representar graficamente os sons da voz daquele lugar ou daquele grupo de pessoas o mais fielmente possível. Assim existem muito mais caracteres no alfabeto fonético do que no alfabeto latino. Contendo outros alfabetos como o alfabeto cirílico, o glagolítico, gótico, o ideográfico, o Morse e o ugarítico um dos primeiros ensaios de escrita alfabetizante e outras escritas não alfabéticas. O objetivo da história das disciplinas escolares está envolto ao currículo escolar, com estruturas de história, conteúdos, tendências, concepções pedagógicas, metodologia, tudo o que é ensinado aos estudantes.

Goodson autor que Mortatti estuda foi outro expoente inglês da história das disciplinas escolares, divide em três partes suas pesquisas, a primeira sobre os conteúdos escolares, onde afirma que eles mudam com o tempo, envolve grupos distintos; a segunda ele coloca que existe uma tendência a mudar de uma tradição pedagógica utilitarista para uma tradição acadêmica; e por último o terceiro diz que muitos debates sobre os conteúdos são conflitos originalmente pelas necessidades que os grupos envolvidos têm status recursos e territórios.

Em nosso país, após a proclamação da república, os discursos passaram a idéia de escola como um lugar necessário e essencial para todos. Saber ler e escrever tornou instrumento privilegiado de aquisição de saber/esclarecimento e imperativo da modernização e desenvolvimento social. Portanto, a leitura e a escrita que se encontravam para poucas pessoas, tornaram-se fundamentos da escola obrigatória, leiga, gratuita e

objeto de ensino e aprendizado escolarizados. Caracterizando-se como tecnicamente ensináveis, as práticas de leitura e escrita passaram, assim, a ser submetidas a ensino organizado, sistemático e intencional, demandando, para isso, a preparação de profissionais especializados, Mortatti (2006, p.3) afirma ser:

Especialmente desde as últimas duas décadas, (do século XX) as vidências que sustentam originariamente essa associação entre escola e alfabetização vêm sendo questionadas, em decorrência das dificuldades de se concretizarem as promessas e os efeitos pretendidos com a ação da escola sobre o cidadão.

Mortatti, desde modo, pensou em meios de haver uma alfabetização, mas que fosse para todos, partindo para a questão dos métodos de alfabetização e dividindo a história da alfabetização no Brasil em quatro momentos, com intuito de entender os sentidos atribuídos historicamente ao que se considera ser um instrumento privilegiado, de acesso ao saber, e como o método de alfabetização passa a ser um problema do qual se ocupam educadores, legisladores e administradores.

A autora caracteriza a disputa em torno de certas tematizações, normatizações e concretizações relacionadas com o ensino da leitura e escrita. Afirma Mortatti (2006) que em decorrência dessas disputas, tem-se, cada um desses momentos, a fundação de uma nova tradição relativa ao ensino inicial da leitura e escrita. Ao desenvolvimento do assunto é atribuída disputa pela hegemonia de determinados métodos de alfabetização e, dentre outros múltiplos aspectos neles observáveis, Mortatti menciona o papel desempenhado pelas cartilhas, onde nos dá uma condição de instrumento privilegiado de concretização dos métodos e conteúdos de ensino, ajudando a contribuir para a criação de uma cultura escolar.

### **Metodização: o primeiro momento da história da alfabetização escolar (1876-1889)**

No início da alfabetização, por volta de 1875, o material que se dispunha era precário, porém se iniciava o ensino da leitura com as chamadas *Cartas de ABC*, produzida por professores fluminenses e paulistas a partir de sua experiência didática, baseando-se nos métodos de marcha sintética, ou seja, de soletração, fônico e de silabação. Para o ensino da leitura, utilizavam-se, métodos de marcha sintética da "parte" para o "todo", da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico partindo dos sons

correspondentes às letras; e da silabação, emissão de sons, partindo das sílabas. A partir deste momento é que se inicia o marco inicial da história das cartilhas e dos métodos.

Mortatti em 1876 elege como data e marco inicial do primeiro momento crucial desta história, houve a publicação em Portugal do 'Método João de Deus', ou seja, *Cartilha Maternal João de Deus*, conhecido também como *Cartilha Arte da Leitura*, escrita pelo poeta português João de Deus, com intuito de alfabetizar suas filhas.

João de Deus foi o primeiro autor a debater a alfabetização a partir de um ponto filosófico, artístico, pois não se ensinava a criança a soletrar. Para ele a letra deveria ir com prazer à criança. Na época discutia-se ardentemente nas Cortes portuguesas se o Livro de Leitura deveria ser o poema épico 'Os Lusíadas' de Luís de Camões ou o poema romântico "Dom Jaime" de Tomás Ribeiro, publicado em 1862. Mas com a ineficiência das duas, levou João de Deus a propor a escrever um método de leitura dedicado às crianças.

Foi no início de 1880, que o 'método João de Deus' contido nessa cartilha passou a ser divulgado sistemática e programaticamente principalmente nas províncias de São Paulo e do Espírito Santo, divulgado no Brasil por Antonio da Silva Jardim, positivista militante e professor de português da Escola Normal de São Paulo. Este método era diferente do que já havia visto, baseava-se nos princípios da moderna lingüística da época e consistia em iniciar o ensino da leitura pela palavra, para depois analisá-la a partir dos valores fonéticos das letras, chamava-se método da palavração. Por essas razões, Silva Jardim considerava esse método como fase científica e definitiva no ensino da leitura e fator de progresso social.

Em 1888 o governo português declarou o método João de Deus como o método nacional. O autor recebeu várias condecorações, mas muitas críticas ao longo da vida. Este momento se estende até o início da década de 1890 e nele têm início a uma disputa entre os defensores do 'método João de Deus' e aqueles que continuavam a defender e utilizar os métodos sintéticos da soletração, fônico e da silabação. Com essa disputa, funda-se uma nova tradição que enfatiza como ensinar metodicamente, relacionado com o que ensinar. Aonde o ensino da leitura e escrita é tratado, então, como uma questão de ordem didática subordinada às questões de ordem lingüística.

O positivismo ganhou espaço de forma categórica, com as formulações de alguns positivistas para a escola, o ensino e a educação. Dentre deles se destaca: Herbert Spencer (1820-1903), pelo princípio da formação científica na educação e Émile Durkheim (1858-1917), considerado um dos pais da sociologia moderna, ou o fundador da escola francesa de sociologia. Contribuíram para o crescimento da pedagogia- positivista argumentando que a educação é imagem e reflexo da sociedade, a qual deve ser compreendida como um organismo no qual cada órgão apresenta características específicas, sendo natural alguns

serem mais privilegiados que outros. O homem nasce egoísta, é a sociedade que o educa para a solidariedade.

No Brasil, o positivismo, inspirou a velha república, as políticas para a infância desassistida, a educação da infância pequenina, o projeto político higienista e sanitarista antes das guerras mundiais e vários projetos pós-guerra até a ditadura militar, instrumentalizando a ideologia de que o governo não deveria ser obra de paixões políticas, mas da racionalidade eficiente.

Antônio da Silva Jardim (1860-1891), professor e positivista, defendeu durante toda a década de 1880 o uso da Cartilha Maternal ou arte da leitura, do poeta português João de Deus. Bacharel em direito, Silva Jardim criticou os métodos de soletração, dos quais derivavam a idéia medieval de que ‘La letra con sangre entra’ ou a letra com sangue entra ou da idéia que associava o professor tanto a pena como o chicote. Teve grande atuação nos movimentos abolicionista e republicano, particularmente no Rio de Janeiro, na defesa da mobilização popular para que tanto a Abolição quanto a República, produzissem resultados efetivos em prol de toda a sociedade brasileira.

Silva Jardim com sua concepção colaborou muito para o desenvolvimento da alfabetização, como Mortatti (2000, p. 73) destaca:

O que permite conferir à atuação de Silva Jardim o sentido de fundadora de uma tradição é justamente o fato de serem suas tematizações as primeiras de caráter programático e cientificamente fundamentadas, produzidas por um brasileiro, a respeito do ensino da leitura e da língua materna.

Silva Jardim argumentava que a questão de ensino era uma questão de método e que os professores não tinham método, ou porque não aprenderam, ou porque não poderiam empregar devendo a cartilha inspirar sentimentos nacionais. Também afirmava que para ler não era necessário os nomes das letras, mas sim os valores. Os métodos de alfabetização de Silva Jardim passaram pelos mesmos estados inspirados em Comte, sendo eles: o estado teológico (soletração); estado metafísico (silabação) e por último o estado positivo ou científico (palavração).

No positivismo de então, existia o ‘sentimento de pae’ que congregava as três faculdades do espírito humano: sentimento, inteligência e atividade, que para Silva Jardim, originava-se da necessidade de comunicação, destinando-se também à comunicação das emoções, tendo um caráter social de união dos homens, únicos seres capazes de linguagem, devido à estrutura harmoniosa de relação entre seu aparelho fonador e sua constituição cerebral. Silva Jardim construiu um pensamento da criança, afirmando ela ser

um ser imperfeito, cujo cérebro não era capaz de abstração, por isso é que “errava”. Nesse sentido era preciso uma educação científica e enciclopédica, prática, útil e racional apropriada à vida moderna. Esta educação deveria ser ministrada do mais simples ao mais complexo. Mortatti considera Silva Jardim o primeiro a realizar uma explanação científica do ato de alfabetizar no Brasil.

Após Jardim, o autor Zeferino Cândido estabeleceu os três estados dos métodos de alfabetização. Sendo o primeiro o estado teológico que significa a soletração, ou seja, letras tomadas em separado, sem que a criança saiba como elas formam as palavras, são como entes sobrenaturais. O segundo o estado metafísico era a silabação, exprime conceber sílabas como entidades abstratas e tomá-las separadamente é metafísico. E por último o estado positivo ou científico é a palavração. Na palavração a análise parte da palavra, as letras se juntam pelos seus valores fônicos, fazendo com que a idéia suba das coisas (letras) para o espírito (palavra).

Já em uma outra direção outro autor que nos contribuiu com a história da alfabetização foi Hilário Ribeiro (1847-1886), um educador e escritor brasileiro proporcionado-nos a *Cartilha Nacional*. Trata-se da mesma cartilha que João de Deus apoiava, pois esclarecia que defendia a nacionalidade, a pátria, o ensino das idéias nacionalistas. O objetivo desta cartilha era ensinar, simultaneamente, a ler e escrever. Levava em consideração que a arte da leitura é a análise da fala, daí a importância de que os alunos levarem a conhecer os valores fônicos das letras e pronunciar corretamente, pois era considerada para ele de suma importância para a alfabetização.

O método da *Cartilha Nacional* constituía que depois que o aluno tivesse uma idéia clara e consciente de que as vozes são representadas na escrita pelas vogais, e analisados os respectivos valores de cada uma, passaria o professor a discriminar os elementos fônicos das invogais, começando pelo ‘v’ que tinha valor sonoro certo e proferível. O método proposto é sintético (que partem de segmentos menores da língua que sintetizados formarão o todo). Do ponto de vista histórico podemos observar através do seu trabalho o realce ao valor moral e cívico. O método sintético constituído na “Cartilha Nacional” de Hilário Ribeiro consta em soletração e silabação.

Este método de autoria anônima, reaparece na 1ª edição dessas *cartas de ABC* é de 1905. Há, entretanto, indícios de que essa publicação é a introdução do Livro da Infância de Augusto Emílio Zaluar, escritor português radicado no Rio de Janeiro. As “cartas de ABC” representam o método mais tradicional e antigo de alfabetização, ou seja, a cartilha no ano de 1956 estava na 107ª edição. Onde apresentava as letras do alfabeto (maiúsculas e minúsculas; de imprensa e manuscritas), segmentos de um, dois e três caracteres, em



ordem alfabética (a-é-i-ó-u, ba-bé-bi-bó-bu, ai-ei-oi-ui, bai-bei-boi-bui, e outros) e palavras cujas sílabas são separadas por hífen (A-na, An-dei, A-mar; Ben-to, Bus-car, Ba-ter, etc.).

Thomaz Paulo do Bom Sucesso Galhardo (1855-1904), também deu sua contribuição para a história da alfabetização com a elaboração da *Cartilha da Infância*. A cartilha foi adotada oficialmente pelo governo paulista e pelo de outros estados do país e teve sucessivas edições até, pelo menos, meados da década de 1990 e chegou à 225ª edição. O autor defendia o método da silabação e considerava como sendo o meio termo entre soletração e palavrção. Trata-se do método sintético, de acordo com o qual se inicia o ensino da leitura com a apresentação das famílias silábicas.

### **O segundo movimento: os métodos intuitivos e analíticos são oficializados**

As disputas ocorridas nesse segundo momento fundam outra nova tradição: no ensino da leitura envolve enfaticamente questões didáticas, ou seja, o **como ensinar**, a partir da definição das habilidades visuais, auditivas e motoras da criança **a quem ensinar**; o ensino da leitura e escrita é tratado, então, como uma questão de ordem didática subordinada às questões de ordem psicológica da criança.

Antônio Caetano, educador brasileiro, convocado a reorganizar o ensino público paulista em 1890, foi consoante com o pensamento vigente à época, segundo o qual toda a reforma escolar poderia ser resumida na questão do mestre e do método. A reforma foi inspirada em exemplos das Alemanha, Suíça e Estados Unidos. Entretanto, Caetano considerava que seria preciso adaptar estes métodos à realidade brasileira.

Este método foi aperfeiçoado em 1892 por Gabriel Prestes e executada por Cesário Motta Júnior, Secretário de Estado dos Negócios do interior no governo de Bernardino de Campos, com a reforma geral da instrução pública, pela Lei nº 88 de 8 de setembro, regulamentada pelo Decreto nº 144b de 30 de dezembro.

A reforma visava o cientificismo positivista na educação e delineava a hegemonia dos métodos intuitivos e analíticos para o ensino de todas as matérias e da leitura. A nova bússola da educação visava sintonia com os progressos da “pedagogia moderna”, com bases biológicas para a educação de crianças. Para essa mudança instaurou-se em São Paulo uma escola modelo, com princípios norte-americanos de educação, na qual era aplicado o método analítico, o qual se direciona do todo para as partes, mas pode ser processado de formas diversas.

Entre 1909 e 1910 o método analítico foi adotado oficialmente, situação que dura até 1920, quando a reforma Sampaio Dória garante autonomia didática aos professores. Então,

se tornou obrigatório o método analítico para se alfabetizar e o governo do estado passa a comprar livros didáticos para a distribuição nas escolas públicas. Lembrando que a primeira cartilha deste método foi *Primeiro livro de leitura*, de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade.

Este método analítico foi aplicado de diferentes modos, através de palavras, frases ou historietas. Neste tempo a alfabetização era vista como irredutíveis às demais manifestações educacionais. Dentro do método analítico havia uma disputa entre os defensores da ‘PALAVRAÇÃO’ e da ‘HISTORIETA’. Ambos opunham-se ao método sintético, questionando dois argumentos dessa teoria, um que diz respeito à maneira como o sentido é deixado de lado e outro que supunha que a criança não reconheceria uma palavra sem antes reconhecer sua unidade mínima.

O método analítico ao romper com o processo de decifração propôs formas de trabalho que priorizam a análise e compreensão, defendendo a inteireza do fenômeno da língua e do processo de percepção infantil”. Seu ensino tinha como unidade de análise a palavra, ou a frase e ou o texto tendo como estratégia inicial a compreensão global para posterior análise das unidades menores. Alguns autores diziam que era dessa forma que uma criança aprendia a falar, portanto deveria ser da mesma forma que deveria aprender a ler e escrever, partindo do todo, decompondo-o, mais tarde, em porções menores. Para eles, era imprescindível ressaltar a importância que a criança tem de ler e não decifrar o que está escrito, isso quer dizer que ela tem a necessidade de encontrar um significado afetivo e efetivo nas palavras.

O método analítico se organiza em três características: a) Palavração, estudo de palavras, sem decompô-las imediatamente em sílabas tal como quando as crianças conhecem determinadas palavras pelo significado, é proposto que componham pequenos textos; b) Sentenciação formam-se as orações de acordo com os interesses dominantes da sala. Depois de exposta uma oração, essa vai ser decomposta em palavras, depois em sílabas; c) Conto, a idéia principal é fazer com que a criança entenda que ler é descobrir o que está escrito. Da mesma maneira que as modalidades anteriores pretendiam-se decompor pequenas histórias em partes cada vez menores: orações, expressões, palavras e sílabas.

### **O terceiro movimento: disputa misto x analíticos**

Em decorrência da autonomia didática proposta pela ‘Reforma Sampaio Dória’ e de novas urgências políticas e sociais, a partir de meados da década de 1920 aumentaram as resistências dos professores quanto à utilização do método analítico e começaram a se



buscar novas propostas de solução para os problemas do ensino e aprendizagem iniciais da leitura e da escrita.

No terceiro momento que vai de 1930 a 1970, uma gradativa relativização do método, embora prossiga a disputa entre os defensores do método misto (analítico-sintético) e partidários do método analítico. A disputa entre os defensores dos métodos sintéticos e os defensores dos métodos analíticos não cessaram, mas o tom de combate e defesa acirrada que se viu nos momentos anteriores foi-se diluindo gradativamente, à medida que se acentuava a tendência de relativização da importância do método e, mais restritamente, a preferência.

O 'método analítico-sintético' se alfabetizava através da decomposição das palavras em sílabas e letras e com base vivencial e, ele caracteriza-se por explorar o todo significativo e as partes simultaneamente. Dentro deste método o professor poderia partir da palavra, passando para a frase, formando um texto, retirando novamente a palavra para decompô-la em sílabas; da frase, retirando a palavra para chegar à sílaba; da estória, retirando a palavra-chave para depois destacar a sílaba.

Para muitos autores da época esse método propiciava à criança ser o sujeito de seu próprio conhecimento; facilitava à aquisição de linguagem a criança que possuíam um nível muito pobre<sup>2</sup> nesta área e passam a se apoiar na pista gráfica, além da leitura orofacial e/ou da Língua Brasileira de Sinais; facilita a ampliação do léxico, bem como das estruturas da língua, à medida que o aluno reconhece palavras, destaca sílabas, forma novos vocábulos, novas frases, chegando a organizar uma estória com começo, meio e fim. Exemplo de cartilha deste método foi a *Nova cartilha analítico-sintética e Cartilha ensino rápido de leitura* de Mariano de Oliveira, ilustrada em cores, inicia-se com historietas, em letra manuscrita vertical minúscula e maiúscula, ensino rápido da leitura.

Em meados de 1930, houve a tendência de relativização da importância do método misto, decorreu especialmente da disseminação, repercussão e institucionalização das então novas e revolucionárias bases psicológicas da alfabetização contidas no livro "Teste ABC" de Manuel Bergström Lourenço Filho, que fixou a idéia de alfabetização sob medida através de práticas de medidas do nível de maturidade necessário para a aquisição da leitura e escrita.

---

<sup>2</sup> O termo linguagem "muito pobre" é desta época em que se acreditava que a língua escrita pela classe dominante era a linguagem correta e única aceitável. Naquele período, tanto defensores do método analítico, como do método sintético, não se cogitavam que os falares, mesmo que distantes da lógica da norma padrão eram equivalentes em lógica e interação e que também era uma língua "rica", completa e complexa. Assim, acreditava que a linguagem destas crianças pobres, com déficits lingüístico, acreditando que a língua de prestígio dos grupos economicamente favorecidos era única.

Lourenço Filho (1897-1970) foi um educador brasileiro, sua obra nos revela diversas facetas do intelectual educador, extremamente ativo e preocupado com a escola em seu contexto social e nas atividades de sala de aula. Organizou a 'Bibliotheca de Educação', da Companhia Melhoramentos, de São Paulo, em 1927. A biblioteca tinha como objetivo divulgar as idéias que fundamentaram o movimento escolanovista e também harmonizar os estudos dos fins das obras educativas com os meios de educar, em prol de promover renovação pedagógica em uma civilização em mudança, ou seja, o objetivo proclamado era a 'educação renovada', Monarcha (1997, p.38) afirma:

Concretiza-se, por um lado, a idéia de pesquisa social articulada à de pedagogia experimental, produzida na intersecção dos conhecimentos oriundos da sociologia funcionalista e da psicologia fundamentada na biológica; e, por outro lado, a propaganda das metodologias de ensino apresentadas como não-convencionais.

Lourenço Filho tinha como objetivos no seu livro, medir o nível de maturidade biofisiológica para a aprendizagem de leitura e escrita, ensinar a ler e escrever, simultaneamente, com economia de tempo e levando em conta a heterogeneidade; e fazer os diagnósticos e prognósticos das dificuldades na alfabetização, através de critérios seguros.

Desse ponto de vista, a importância do método de alfabetização passou a ser relativizada, secundarizada e considerada tradicional. Observa-se, no entanto, embora com outras bases teóricas, a permanência da função instrumental do ensino e aprendizagem da leitura, enfatizando-se a simultaneidade do ensino de ambas, as quais eram entendidas como habilidades visuais, auditivas e motoras. Passando as cartilhas a se basear predominantemente em métodos mistos ou ecléticos (analítico-sintético e vice-versa) e começaram a se produzir os manuais do professor acompanhando as cartilhas, assim como se disseminou a idéia e a prática do "período preparatório".

Constituiu-se então nesse período, 1930 um ecletismo processual e conceitual em alfabetização, de acordo com o qual a alfabetização (aprendizagem da leitura e escrita) envolvia obrigatoriamente uma questão de 'medida', e o método de ensino se subordinavam ao nível de maturidade das crianças em classes homogêneas. A escrita continuou sendo entendida como uma questão de habilidade caligráfica e ortográfica, que deveriam ser ensinada simultaneamente à habilidade de leitura; o aprendizagem de ambas demandava um 'período preparatório', que consistia em exercícios de discriminação e coordenação visomotora e auditivo-motora, posição de corpo e membros, dentre outros.

Funda-se uma outra nova tradição no ensino da leitura e da escrita: a alfabetização sob medida, de que resulta o como ensinar subordinado à maturidade da criança a quem se ensina; as questões de ordem didática, portanto, encontram-se subordinadas às de ordem psicológica. Pois, para Lourenço Filho, 'ensinar' é a arte de transmitir conhecimentos e técnicas, ou seja, o ensino é o processo de inculcação de noções e idéias e, esse papel historicamente coube à escola. Já em relação à Educação, esta, deveria ser integral, oferecer mais que a instrução, pois cabe a ela, integrar os indivíduos, assim, o caráter educativo pleno da escola estaria no oferecimento de condições e oportunidades para que os alunos organizassem a sua conduta para a saúde, a família, o trabalho, a pátria, a recreação e a religião.

#### **O quarto movimento: a desmetodização a partir de 1980**

A partir do início da década de 1980, em decorrência de novas urgências políticas e sociais que se fizeram acompanhar de propostas de mudança na educação, a fim de se enfrentar, particularmente, o fracasso da escola na alfabetização de crianças. Como correlato teórico-metodológico que buscava de soluções para esse problema, introduziu-se no Brasil o pensamento construtivista sobre alfabetização, resultante das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita desenvolvidas pelas pesquisadoras Emilia Ferreiro e Ana Teberosky. A pesquisa feita pelas duas tirou a alfabetização do âmbito exclusivo da pedagogia e a levou para a psicologia. Elas nos mostravam que a aquisição das habilidades de leitura e escrita dependia muito menos dos métodos utilizados do que da relação que a criança tinha desde pequena com a cultura escrita, com a vivência dos usos da cultura escrita, ou seja, televisão, rádio, marketing, embalagens, cartas, bilhetes, jogos, recursos tecnológicos da informática, todos eles estavam proporcionando novos aprendizados para quem iniciava a escolarização.

Elas se impuseram contra as teses que compreendiam a alfabetização como apreensão de uma técnica mecânica. As autoras discordavam das teses segundo as quais antes de aprender a ler a criança precisava adquirir habilidades como: lateralização espacial, discriminação visual, discriminação auditiva, coordenação viso-motora e boa articulação, e buscavam a gênese do conhecimento humano, constituindo a epistemologia genética. O construtivismo foi uma teoria que passou a valorizar a forma como a criança desenvolvia a aprendizagem em relação à escrita, essa entendida como um sistema de representação. O construtivismo, ao contrário do que muitos pensam, não foi um modelo

pedagógico, mas uma teoria do conhecimento, que dizia poder auxiliar na ação pedagógica escolar. Mortatti (2006, p. 10) afirma que:

Deslocando o eixo das discussões dos métodos de ensino para o processo de aprendizagem da criança (sujeito cognoscente), o construtivismo se apresenta não como um método novo, mas como uma “revolução conceitual”, demandando, dentre outros aspectos, abandonarem-se as teorias e práticas tradicionais, desmetodizar-se o processo de alfabetização e se questionar a necessidade das cartilhas.

Foram os resultados dessas pesquisas que colaboravam para contar que a criança não começava a aprender apenas quando ingressa na escola, que o contato com a linguagem escrita iniciava no âmbito social. Acreditavam que a aprendizagem superaria a interação mecânica, a criança elaborava hipóteses para compreender a escrita, e isso acontecia através da experimentação do ler e escrever. Nessas experimentações as crianças desenvolviam as escritas espontâneas, não podendo ser considerado como ‘erros’ e era através do levantamento dessas hipóteses que a criança fazia construções progressivas, ampliando seu conhecimento sobre a escrita.

Essa teoria lançou aos professores o desafio de planejar e desenvolver a partir de uma nova compreensão sobre o processo de leitura e escrita. Defendia uma alfabetização contextualizada e significativa através da adaptação didática das práticas de leitura e escrita para sala de aula, já que acreditava ser possível realizar a descoberta do princípio alfabético, quando as crianças são expostas a situações-problema em que são desafiados a criar hipóteses no sentido de refletir sobre a escrita sem ensino explícito sobre o sistema. É importante destacar que valorizavam o diagnóstico prévio do aluno e considerava seus erros, como parte do processo de construção do conhecimento. Os defensores dessa proposta acreditavam que era através da imersão da criança nas práticas sociais de leitura e escrita que a alfabetização ocorria não sendo necessário o ensino das correspondências fonema-grafema, ou da consciência fonológica, pois isso são conseqüências da evolução conceitual da criança em processo de aprendizagem, Mortatti (2006, p. 10) discerne:

Inicia-se, assim, uma disputa entre os partidários do construtivismo e os defensores — quase nunca “confessos”, mas atuantes especialmente no nível das concretizações — dos tradicionais métodos (sobretudo o misto ou eclético), das tradicionais cartilhas e do tradicional diagnóstico do nível de maturidade com fins de classificação dos alfabetizandos, engendrando-se um novo tipo de ecletismo processual e conceitual em alfabetização.

A partir do momento em que o conceito de construtivismo começou a ser estudado e discutido, ser apropriado e ser revisto em pesquisas científicas, documentos que orientam o ensino, assim como na formação inicial e continuada de professores e na escola, passaram a provocar efeitos nas instituições de ensino. Outra disputa a partir de meados dos anos 90 começa a surgir a partir do momento em que os estudos construtivistas são contrapostos pelos estudos do letramento e do interacionismo na perspectiva histórico-cultural. Mas, este processo de repensar sobre a desmetodização é outro artigo.

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MONARCHA, Carlos. **Laurenço Filho**: Outros Aspectos. Mesma obra. Campinas, SP, UNICAMP, 1997.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Brasília: Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2006.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.